

CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

**Área de concentração: Ética, Integridade e Efetividade na Atividade
Jurisdicional**

RELATÓRIO DE IMPACTO DAS DISCIPLINAS CURSADAS

DISCENTE: Carmen Lúcia Rodrigues Ramajo

ORIENTADOR: Prof. Roberto Portugal Bacellar

TURMA: 2020

Em cumprimento ao requisito estipulado para qualificação do projeto de pesquisa no **Programa** de Pós-Graduação Profissional em Direito da ENFAM, apresento breves apontamentos sobre o impacto das disciplinas cursadas.

Métodos Autocompositivos em Juízo (MAJ), do **professor mestre Roberto Portugal Bacellar** foi cursada no primeiro semestre. A disciplina revelou-se de capital interesse e utilidade, não apenas do desenvolvimento da pesquisa e elaboração da dissertação, mas também, e principalmente, em minha atividade jurisdicional, trazendo uma nova compreensão sobre a potencialidade dos mecanismos consensuais, sua forma de aplicação e sua importância como equivalentes jurisdicionais. A disciplina apresentou de forma ordenada e sistêmica a Política Nacional da Tratamento Adequado de Conflitos e o “minissistema brasileiro de métodos consensuais de solução judicial de conflitos”¹, formado pela Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Lei de mediação e o CPC/2015,

¹ GRINOVER, A. P. O minissistema brasileiro de justiça consensual: compatibilidades e incompatibilidades. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 15-36, 2016.

que rompeu com a tradição processual brasileira ao destacar a importância dos equivalentes jurisdicionais e trazer novas formas de acesso à justiça, que não apenas a adversarial, de maneira que a sentença judicial deixa de ser o único mecanismo de solução dos conflitos, mesmo para aqueles levados à esfera judicial. A disciplina teve especial importância no desenvolvimento da dissertação, pois ela é bastante focada na autonomia da vontade e no princípio da dignidade da pessoa humana. A metodologia adotada foi bastante dinâmica e fomentou debates profundos, além de contar com professores convidados de alto nível que engrandeceram ainda mais o conteúdo proposto.

A disciplina **Ética e Integridade (ETI)**, ministrada pelo **professor doutor Roger Raupp Rios**, despertou uma visão crítica sobre o papel social do magistrado, sua atuação sob o ponto de vista ético e sobre as virtudes que lhes são exigidas. A disciplina, ainda, favoreceu importantes debates e reflexões sobre o modo de atuar do magistrado perante a sociedade pós-moderna, plural e democrática. Os conhecimentos adquiridos foram muito relevantes no desenvolvimento da dissertação e, mais ainda, na atividade judicante.

A disciplina **Liderança Organizacional e Atividade Judicial (LOJ)**, ministrada pela **professora doutora Luiza Vieira Sá de Figueiredo**, teve grande impacto. Como muitos magistrados mais antigos da carreira, não tive oportunidade de participar dos Cursos de Formação que hodiernamente são oferecidos aos magistrados ingressantes na carreira. Assim, as noções que tinha sobre liderança e organização foram obtidas de forma desestruturada e muitas eram baseadas apenas em noções de “senso comum” e experiências empíricas. A disciplina permitiu uma verdadeira formação em liderança, com foco na relevância da comunicação e na importância de conhecer-se e compreender-se a cultura organizacional do Poder Judiciário. As competências desenvolvidas ao longo do curso foram muito relevantes para a atuação em minha unidade de trabalho e trouxeram novo olhar para as atribuições do magistrado.

Seminário de Pesquisa e Metodologia (PEM) e Sistema de Justiça e Pesquisa Empírica (SPE), ministradas em conjunto pelos **professores doutores André Augusto Salvador Bezerra e José Marcos Lunardelli**. Foram, igualmente,

disciplinas de extrema importância. Tomo a liberdade de sugerir que, pelo menos uma delas, seja incluída logo no primeiro semestre do curso e a outra no semestre seguinte, pois foram de extrema relevância para a minha formação como pesquisadora, apresentando formas de pensamento, conceitos, regras e sistemas até então desconhecidos não apenas por mim, mas pela grande maioria dos alunos da primeira turma, que chegaram ao mestrado sem experiência pretérita em pós-graduação. O enfoque metodológico foi de grande relevância para permitir a apreensão do método científico na ciência social e para criar uma nova forma de pensar, já que o pesquisador em direito e o juiz, ainda que estudem a mesma matéria – o direito, o veem de formas bastante diferentes e seguindo métodos distintos. A participação de pesquisadores convidados, de grande renome e experiência, engrandeceu ainda mais as disciplinas, permitindo debates e reflexões que foram além da ciência jurídica e promoveram uma aproximação com outras ciências sociais, como a sociologia e a filosofia, oferecendo uma nova visão do direito na sociedade.

Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência (PRE), ministrada pela **professora doutora Taís Schilling Ferraz** foi, talvez, a mais impactante das disciplinas cursadas por me permitir uma compreensão mais profunda do pensamento sistêmico, que foi adotado como fundamento teórico da dissertação a ser apresentada. A disciplina permitiu uma revisão da atuação do juiz sob o olhar sistêmico e despertou reflexões sobre novas formas de atuar que podem trazer resultados surpreendentes, bem como sobre como muitas das condutas profissionais adotadas são apenas “repetições de padrões” pré-estabelecidos. Os subsídios sobre a abordagem sistêmica e as contribuições do estudo dos precedentes e dos centros de inteligência trouxeram recursos teóricos que serão adotados no trabalho final do Mestrado e já estão sendo adotados em minha na vida profissional. Junto com o aluno Claudio Camargo dos Santos, estamos trabalhando na implantação de um Centro de Inteligência na comarca de Maringá-PR, onde ambos atuam, incluindo servidores e magistrados, como forma de viabilizar projetos de inovação em nível local.

A disciplina de **Métodos de Resolução do Conflito Penal: violência doméstica e o sistema de justiça penal (MRP)**, conduzida pela **professora doutora**

Adriana Ramos Mello, contribuiu grandemente para a pesquisa e produção de minha dissertação, notadamente em relação às questões de gênero, muitas vezes negligenciadas nos estudos sobre conflitos familiares. Essa disciplina impactou, sobremaneira em minha vida pessoal e em minha atuação profissional, trazendo um novo olhar para a violência contra a mulher e para a importância da valorização dos debates e estudos sobre gênero. Acredito que tenha sido uma disciplina transformadora e, tomo a liberdade de sugerir seja transformada em disciplina obrigatória, por ter grande impacto na atuação do magistrado, em qualquer área de atuação.

Cooperação Judiciária no Contexto do Estado em Rede (CJR) sob a responsabilidade da **professora doutora Elayne da Silva Ramos Cantuária**, igualmente, trouxe grande contribuição. Permitiu discutir em profundidade como o Poder Judiciário pode se organizar e ser mais colaborativo, descolando-se de velhos paradigmas que já não fazem mais sentido em um mundo globalizado e pós-moderno e cujo código de processo civil prevê o processo como um instrumento colaborativo de distribuição da justiça e não como uma mera sequência de atos formais e desconectados. Os atos concertados e as inúmeras possibilidades de cooperações judiciais que foram apresentados descortinaram um novo horizonte e trouxeram novo ânimo à minha atuação profissional, tendo inúmeros pontos de convergência com as disciplinas de Liderança Organizacional e Atividade Judicial (LOJ) e Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência (PRE).

Por fim, mas não menos relevante, a disciplina **Inovação e Design Organizacional do Poder Judiciário (IDO)**, ministrada pela **professora doutora Luciane Amaral Corrêa Münch**, contribuiu para a construção de uma nova mentalidade sobre o papel do magistrado, enquanto gestor de sua unidade de trabalho e sobre o que significa inovar na atuação jurisdicional, demonstrando a necessidade de capacitação constante nas técnicas de administração de pessoas e de processos, além da necessidade de convergir com novas tecnologias e repensar o “fazer mais do mesmo”. Foi possível implantar elementos da metodologia apresentada nas rotinas de trabalho, tanto do gabinete como da secretaria, por meio de inovações simples e baratas, que não guardam relação com tecnologia de ponta, mas que demonstraram

significativos resultados, como o uso de reuniões interativas, “feedbacks”, oficinas de “design thinking”, uso de “visual law” que trouxeram novo ânimo à minha equipe de trabalho.

Complementando as disciplinas, participei das atividades do **Grupo de Pesquisa 5** sobre **Métodos Autocompositivos e Tribunal Multiportas** que revelou-se um espaço aberto de diálogo colaborativo, trazendo novos conhecimentos e despertando debates profundos por meio de artigos de autores nacionais e estrangeiros de relevância sobre os temas.

Sendo essas considerações que julgava mais relevantes, concluo este registro.

CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO

Mestranda